

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº. 7.255, DE 2006

Cria exceção à regra contida no artigo 475-J, da Lei nº. 11.232, de 22 de dezembro de 2005, e dá outras providências.

Autor: Deputado Eduardo Cunha

Relator: Deputado Geraldo Pudim

VOTO EM SEPARADO DO DEPUTADO REGIS DE OLIVEIRA

I – Relatório

O projeto de lei nº. 7.255/2006, de autoria do ilustre Deputado Eduardo Cunha, **cria exceção à regra contida no artigo 475-J, da Lei nº. 11.232, de 22 de dezembro de 2005.**

Texto do Projeto

*Art. 1º. Fica assegurado às prestadoras de serviço público essencial, **o não pagamento da multa prevista no artigo 475-J da Lei 11.232, de 22 de dezembro de 2005**, desde que comprovem nos autos do processo, a existência de prestação de serviços a usuários de baixa renda, por intermédio da aplicação de tarifa social ou pela isenção da cobrança, no território em que exerçam as suas atividades. (grifei)*

*Art. 2º. Para efeito do disposto no artigo 1º, considera-se **serviço público essencial todo o serviço indispensável à manutenção da vida humana de forma digna, como os serviços na área da saúde, saneamento e segurança.** (grifei)*

Art. 3º. Essa lei entra em vigor na data da sua publicação.

A presente proposta tem como finalidade **isentar as prestadoras de serviços públicos essenciais da regra contida no art. 475 – J, Código de Processo Civil**, que estabelece o prazo de quinze dias para o pagamento do valor da condenação, já fixado em liquidação e, na hipótese de descumprimento do referido prazo, multa de 10%, além de estar sujeito à execução.

Art. 475 – J. Caso o devedor, condenado ao pagamento de quantia certa ou já fixada em liquidação, não o efetue no prazo de quinze dias, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de dez por cento e, a requerimento do credor e observado o disposto no art. 614, inciso II, desta Lei, expedir-se-á mandado de penhora e avaliação. (grifei)

O ator deste projeto afirma que a citada pena pecuniária **causa imensurável prejuízo às prestadoras de serviço público essencial, inviabilizando a execução de suas atividades.**

A propositura em discussão foi rejeitada pela Comissão de Trabalho, de Administração e de Serviço Público, porque o mencionado dispositivo, ao criar exceção à aplicação da sanção prevista no art. 475-J, do Código de Processo Civil, **estabelece tratamento diferenciado a um segmento econômico, em detrimento aos demais, o que constitui afronta ao princípio da isonomia, consagrado expressamente no art. 5º, da Magna Carta.**

Finalmente, o nobre Deputado Relator Geraldo Pudim se posicionou favorável à aprovação desta proposta, nos termos do substitutivo apresentado, **por entender que é necessário tratar tais empresas de forma diferenciada exatamente por serem prestadoras de serviços essenciais a usuários de baixa renda, por intermédio da aplicação de tarifa social ou mesmo pela isenção de cobrança.**

Aduziu, ainda, que no caso específico de empresas prestadoras de serviços essenciais a exigência do pagamento da multa **representa uma supressão indireta de recursos que poderiam ser transformados em investimentos em energia elétrica, saneamento básico e outros serviços indispensáveis à promoção da qualidade de vida para as populações de baixa renda.**

É o relatório.

II – Voto

Inicialmente, é necessário louvar a iniciativa do eminente Deputado Eduardo Cunha, **que pretendeu com esta medida beneficiar indiretamente a população menos favorecida.**

A proposição em tela merece prosperar, pois está em consonância com o ordenamento jurídico vigente.

De fato, de acordo com a Constituição Federal de 1988, **a atuação do Estado na economia se dá: mediante a exploração estatal de atividade econômica (arts. 173 e 177)**, que será necessária, quando o exigir a segurança nacional ou o **interesse coletivo relevante**, tanto um quanto outro definido em lei.

Os instrumentos de participação do Estado na economia são: **as empresas públicas; as sociedades de economia mista; e outras entidades estatais ou paraestatais**, vale dizer, as subsidiárias (art. 37, incisos XIX, XX, do art. 37 e §§ 1º, 2º e 3º, do art. 173).

Ocorrerá, ainda, a atuação estatal na economia: **com monopólio (art. 177)**, incidindo, basicamente, em três áreas: petróleo, gás natural e minério ou minerais nucleares.

Segundo o disposto **no inciso II, § 1º, do art. 173, da Constituição Federal**, a empresa pública e a sociedade de economia mista que explore atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou **de prestação de serviços, sujeitam-se ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributários.**

Entretanto, as empresas públicas **poderão receber tratamento diferenciado quando desenvolverem serviços públicos essenciais, indispensáveis à manutenção da vida humana.**

O Supremo Tribunal Federal já enfrentou a questão, oportunidade em que decidiu:

“É preciso distinguir as empresas públicas que exploram atividade econômica, que se sujeitam ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto às obrigações trabalhistas e tributárias (C.F., art. 173, § 1º), daquelas empresas públicas prestadoras de serviços públicos, cuja natureza jurídica é de autarquia, às quais não tem aplicação o disposto no § 1º, do art. 173, da Constituição, sujeitando-se tais empresas prestadoras de

serviço público, inclusive, à responsabilidade objetiva (C.F., art. 37, § 6º).” (grifei)

Com base neste entendimento, no último dia 17 de março de 2008, no julgamento das Ações Cíveis Originárias 1095 e 959, o Plenário do Supremo Tribunal Federal, garantiu à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, empresa pública federal prestadora de serviço público, os benefícios da imunidade recíproca, previstos no artigo 150, VI, "a", da Constituição Federal.

Na primeira ação (ACO 1095), o STF manteve liminar concedido pelo ministro Carlos Ayres Britto que suspendeu a cobrança de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) sobre transporte de encomendas realizado pela Empresa para o estado de Goiás. Na segunda ação (ACO 959), ficou decidido que a ECT não precisa pagar IPVA (Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores) sobre seus veículos para o estado do Rio Grande do Norte.

Portanto, a proposta que **isenta as prestadoras de serviços públicos essenciais da multa, prevista no art. 475 – J, do Código de Processo Civil, é compatível com o texto da Magna Carta.**

Ademais, como bem salientou o nobre deputado Geraldo Pudim, no caso específico de empresas prestadoras de serviços essenciais a exigência do pagamento da multa **representa uma supressão indireta de recursos que poderiam ser transformados em investimentos em energia elétrica, saneamento básico e outros serviços indispensáveis à promoção da qualidade de vida para as populações de baixa renda.**

Diante do exposto, o **voto é pela constitucionalidade, juridicidade e, no mérito, pela aprovação do projeto de lei nº. 7.255/2006, nos termos do substitutivo apresentado pelo nobre deputado relator Geraldo Pudim, que sana pequena imperfeição de técnica legislativa.**

Sala da Comissão, em 02 de setembro de 2008.

Deputado Regis de Oliveira